

SELEÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA CURSO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA MIGRANTES COM FOCO NO DIREITO À EDUCAÇÃO

EMANUELY HOLZ DA SILVA¹; EVELIN NASCIMENTO LIMA²; THAMYRIS FERREIRA OYARZABAL QUADROS³; JAEI SÂNERA SIGALES GONÇALVES⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – emanuelyhdasilva@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – evelinlima.nasc@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - thamyris2404@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - jaelufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar, descrever e analisar a abordagem do direito à educação em materiais didáticos voltados ao ensino de português como língua adicional ou de acolhimento para migrantes no Brasil. O intuito final da pesquisa é desenvolver um curso de português para migrantes com foco no acesso ao direito à educação, considerando que a literatura no campo do Direito Linguístico e da Política Linguística (DINIZ; BIZON, 2019) demonstra como as barreiras linguísticas prejudicam a efetivação de direitos humanos e o acesso a serviços públicos por migrantes no país.

Outro fator que influencia esta pesquisa é o relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), divulgado em 2023, que indica que em 2013 a maioria dos trabalhadores imigrantes possuía nível superior completo (54,6%) ou nível médio completo (25,8%). No entanto, a chegada de novos fluxos migratórios do Sul Global alterou essa configuração, resultando em um aumento para 50,1% de migrantes com nível médio completo e uma redução para 20,3% no número de trabalhadores com nível superior até 2022. Além disso, a proporção de trabalhadores com escolaridade abaixo do nível médio cresceu, especialmente entre aqueles sem instrução ou com fundamental incompleto, que passaram de 5,1% para 11,8%. Isso reflete a necessidade urgente de abordagens educacionais inclusivas para atender a essa nova realidade (CAVALCANTI et al., 2023, p.56).

Para apoiar a criação do curso, a pesquisa inclui uma revisão da literatura sobre o ensino de português como língua adicional para migrantes e a produção de materiais didáticos nesse contexto. Também busca identificar os principais materiais didáticos destinados ao ensino de português como língua adicional ou de acolhimento para migrantes no Brasil, além de analisar os temas e atividades relacionadas ao direito à educação presentes nesses materiais.

Este trabalho está vinculado ao grupo Letras d(e) Lei da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que se dedica a ações de pesquisa, ensino e extensão na interface entre Linguística e Direito. Especificamente, esta ação de pesquisa está vinculada ao Projeto de Extensão “PLA Vida Pública - Ensino de Português como Língua Adicional e de Acolhimento com foco no acesso a direitos e a serviços públicos por migrantes no Brasil”. O projeto tem como objetivo ofertar cursos de Português como Língua Adicional e de Acolhimento para migrantes de crise no Brasil com foco em temas voltados ao acesso a direitos. Na pesquisa ora apresentada, o foco está na investigação realizada para subsidiar cientificamente a oferta do curso PLA Vida Pública - Educação, que acontecerá presencialmente na UFPel entre outubro e dezembro de 2024.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo começou com uma revisão da literatura sobre o ensino de português para migrantes, realizada por meio de pesquisa no Google Acadêmico. Para fundamentar as diretrizes do trabalho, baseamo-nos nas contribuições de Bizon e Diniz em seu artigo “Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos de português como língua adicional” (2019), assim como o texto de Bizon e Camargo, intitulado “Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades” (2018).

Logo após, efetuou-se a busca pelos principais materiais didáticos dentro do tema. Foram encontrados três materiais didáticos, sendo eles: (I) “Vamos Juntos: Trabalhando e Estudando” organizado em 2020 por Bizon, Camargo e Diniz; (II) “Pode Entrar: Português do Brasil para refugiadas e refugiados”, que foi desenvolvido em 2015 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em conjunto com o Curso Popular Mafalda e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo; e (III) “Portas Abertas”, produzido em 2021 pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Centro de Línguas da Universidade de São Paulo.

Para facilitar a futura elaboração dos planos de aula do curso, foi realizado um fichamento detalhado dos materiais encontrados. Esse fichamento envolveu a organização dos livros de acordo com seus títulos, ficha técnica, idiomas, a presença ou não de abordagem multinível. Também foram identificados quais capítulos ou unidades abordavam os temas centrais do curso, tais como o direito à educação garantido pela Constituição Federal, o sistema educacional brasileiro, ensino básico (regular e EJA), ensino técnico, ensino superior, reconhecimento de diplomas e o Exame Celpe-Bras.

Com base nas contribuições de Diniz e Bizon (2019, p. 160), a pesquisa e o fichamento foram orientados pela perspectiva de que o material didático funciona como um instrumento de política linguística. Segundo os autores, essas políticas devem ser orientadas por uma abordagem poscolonial, que reconheça e valorize saberes marginalizados, desafiando estruturas de poder estabelecidas na globalização (p. 159). Diniz e Bizon destacam ainda que livros didáticos, sejam produzidos por grandes editoras ou individualmente por professores, refletem escolhas políticas. Eles determinam o que é ensinado, quais variedades linguísticas são valorizadas, quais vozes são representadas ou silenciadas, e que práticas de linguagem são promovidas. Esses materiais, portanto, podem reforçar ou romper com tradições estabelecidas, influenciando diretamente a percepção dos alunos sobre uma língua e sua cultura (p. 162).

Adicionalmente, a pesquisa considerou termos e conceitos fundamentais para a elaboração de um curso de português para migrantes, começando pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei de Migração. Essa lei define os termos “imigrante” como pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside no Brasil, “emigrante” como o brasileiro que se estabelece no exterior, “visitante” como pessoa estrangeira que vem ao Brasil para estadias de curta duração, e “apátrida” como pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado. A escolha do termo “migrante” no título do curso foi feita de forma intencional, para não definir ou pressupor a condição jurídica dos alunos com relação ao Brasil.

Outro ponto relevante foi a decisão de utilizar o conceito de “português como língua adicional (PLA)” em vez de “português como língua estrangeira (PLE)” ou “português como língua de acolhimento (PLAc)”. De acordo com Schalatter e Garcez (2002), o uso do termo “língua adicional” justifica-se por enfatizar o acréscimo de uma nova língua ao repertório linguístico do educando, sem sugerir que a língua anterior seja substituída ou inferiorizada, enquanto Lopes e Diniz (2018) explicam que PLAc refere-se ao ensino de português para migrantes em situação de vulnerabilidade. Assim, adotou-se o conceito de PLA, que se mostra mais inclusivo e alinhado com os objetivos do curso, sem pressupor a condição dos alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao considerar a perspectiva poscolonial (BIZON; DINIZ, 2019), a aplicabilidade e a quantidade de atividades voltadas ao ensino de português para migrantes no contexto do acesso aos direitos educacionais no Brasil, o fichamento indicou que o livro didático “Vamos Juntos: Trabalhando e Estudando” (BIZON et al., 2020) é o mais completo. O material inclui, além do português, outros oito idiomas: árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês, inglês, lingala e suaíli. O conteúdo abrange duas atividades relacionadas à Constituição Federal e ao direito à educação, uma atividade sobre o Sistema Educacional Brasileiro, duas sobre o Ensino Básico (regular ou EJA), três sobre Ensino Técnico, cinco atividades que abordam o Ensino Superior (graduação) ou formas de acesso (vestibular), e duas atividades sobre a Revalidação de Diplomas de Graduação. Um ponto de destaque é a forma como os temas são abordados no ensino da língua portuguesa, sempre trabalhando diferentes competências (escuta, leitura, escrita e fala), a partir de uma abordagem multinível.

Em seguida, é apresentado o material “Portas Abertas” (2021), que inclui uma menção à Constituição Federal, uma atividade sobre o Ensino Básico (regular e EJA), duas atividades relacionadas ao Ensino Superior (graduação) e suas formas de acesso (vestibular), além de uma breve menção ao pré-vestibular, uma atividade sobre o Revalida e uma sobre o Exame Celpe-Bras. Contudo, o material não oferece suporte em outros idiomas além do português, e as atividades mencionadas estão distribuídas em três unidades distintas, de nível básico, intermediário e avançado, sem uma abordagem multinível. As competências trabalhadas se restringem à leitura e à escrita.

Por último, examina-se a apostila “Pode Entrar” (OLIVEIRA et al., 2015), a qual foi posteriormente descartada. A problemática do material é evidenciada já no título, que sugere implicitamente que o Brasil deveria, de alguma forma, conceder permissão para que migrantes permaneçam no país. Embora inclua um glossário com termos em francês, espanhol, inglês e árabe, o material não oferece atividades específicas sobre os temas propostos. Ademais, destaca-se como ponto negativo o fato de que, entre as seis autoras, nenhuma possui formação especializada no ensino de línguas.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa realizada inovou ao apresentar uma análise detalhada sobre a forma como o direito à educação é abordado em materiais didáticos voltados ao ensino de português como língua adicional para migrantes no Brasil. Ao examinar esses materiais, destacou-se a importância de uma abordagem inclusiva e atenta

às especificidades dos migrantes no contexto educacional brasileiro. Através de uma revisão da literatura e do fichamento dos principais recursos, a pesquisa contribuiu para a compreensão da relação entre política linguística e o ensino de línguas, evidenciando a necessidade de desenvolver materiais que integrem os migrantes ao sistema educacional, permitindo que suas vozes e experiências sejam reconhecidas e valorizadas. Os resultados obtidos forneceram subsídios importantes para a criação de um curso de português que não apenas ensina a língua, mas também visa promover o acesso efetivo ao direito à educação, superando barreiras linguísticas e fortalecendo os direitos humanos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. **Migrações Sul-Sul.2a**. Campinas, SP, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, v.01, p.712-726, 2018.

BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E; DINIZ, L. R. A. **Vamos Juntos! Curso de Português como Língua de Acolhimento: Trabalhando e Estudando**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos de português como língua adicional. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, n. 43, p. 155–191, 2019.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. F. L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Brasília, DF: OBMigra, 2023

LOPEZ, A. P. A.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas jurídicas e acadêmicas brasileiras para o acolhimento de imigrantes deslocados forçados. **Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira - SIPLE**. Brasília, DF, v. 9, p. 3, 2018.

OLIVEIRA, T. A. et al. **Pode Entrar: Português do Brasil para Refugiadas e Refugiados**. São Paulo, SP: ACNUR, Cáritas, Curso Popular Mafalda, 2015.

SÃO PAULO. **Portas Abertas: Português para imigrantes: caderno avançado**. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

SÃO PAULO. **Portas Abertas: Português para imigrantes: caderno básico**. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

SÃO PAULO. **Portas Abertas: Português para imigrantes: caderno intermediário**. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Treinamento ou educação no ensino de língua: escolha metodológica ou política?. **ANAIS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA: A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL**. Belo Horizonte, MG: ALAB/FALE/UFGM, 2002.